

Relatório da Audiência n.º [116-COFAP-XII](#)

Dia: 14 de novembro de 2013

ENTIDADE: Comissão de Trabalhadores – CTT

ASSUNTO: Proposta de Lei n.º 178/XII que aprova o Orçamento do Estado para 2014

Recebida pelos Senhores Deputados:

- Fernando Virgílio Macedo (PSD), Vice-Presidente da Comissão
- Conceição Bessa Ruão (PSD)
- Cristóvão Crespo (PSD)
- Pedro Pimpão (PSD)
- Paulo Ribeiro Campos (PS)
- Rui Paulo Figueiredo (PS)
- Artur Rêgo (CDS-PP)
- Bruno Dias (PCP)
- Mariana Mortágua (BE)
- Pedro Filipe Soares (BE)

Síntese dos Temas Abordados:

A audiência decorreu no âmbito da apreciação, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 178/XII/3.ª \(GOV\)](#) – Aprova o Orçamento do Estado para 2014.

Sobre a proposta de lei em apreciação, a representação da Comissão de Trabalhadores dos CTT deu conta das suas preocupações quanto à menção, no relatório anexo à proposta de Orçamento do Estado para 2014, da inscrição na ADSE dos trabalhadores dos CTT, acompanhada da transferência do montante global

correspondente ao valor das responsabilidades associadas aos beneficiários em questão.

A Comissão de Trabalhadores recordou que estes trabalhadores são beneficiários do sistema de Obras Sociais, em vigor nos CTT há décadas (muito antes da criação da ADSE), com um regime estabelecido em regulamento próprio, negociado e acordado entre a Empresa e as Organizações Representativas dos Trabalhadores, decorrendo do respetivo Acordo de Empresa (atualizado pela última vez em 22 de março de 2013, com publicação no [Boletim do Trabalho e Emprego n.º 15, de 22/4/2013](#), tendo entrado em vigor em 07/05/2013), e no qual está consignado que «Todos os benefícios que integram o esquema de Obras Sociais dos CTT obedecem ao previsto em regulamentação própria, não podendo ser alterados sem o acordo das partes», considerando que a medida prevista na Proposta de Orçamento do Estado não pode concretizar-se, entre outras razões, por configurar uma violação do direito à contratação coletiva.

Os diversos Grupos Parlamentares presentes tomaram boa nota das questões transmitidas, aliás já suscitadas em anteriores Orçamentos do Estado.

Diversa informação sobre a audiência pode ser consultada na [página da Comissão](#).

Palácio de São Bento, 14 de novembro de 2013

O Vice-Presidente da Comissão
Fernando Virgílio Macedo